

PROGRAMA DE CONCURSO

Fornecimento e Instalação de “Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional”, para cobertura do território da Região De Aveiro

Procedimento 2023/300.10.005/089

Artigo 1.º Identificação do procedimento

O presente programa do concurso visa a celebração de um contrato que tem por objeto principal fornecimento e instalação de “Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional”, para cobertura do território da Região De Aveiro, a realizar através de Concurso Público nº 2023/300.10.005/089.

Artigo 2.º Objeto do Concurso

O presente concurso público é realizado nos termos da alínea a) do artigo 20.º e do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, e destina-se a regular o procedimento de formação do contrato da fornecimento e Instalação de “Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional”, para cobertura do território da Região De Aveiro.

Artigo 3.º Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sita na Rua do Carmo, nº 20 – 3800-127 Aveiro, com o número de telefone +351 234 377 650 e fax: +351 234 377 659 e com o e-mail geral@regiaodeaveiro.pt e a página de internet oficial: <http://www.regiaodeaveiro.pt>

Artigo 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos e para os efeitos definidos nos artigos 36.º nº 1 e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2018 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, na sua reunião de 20/09/2023, deliberou abrir o presente concurso público, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20.º do CCP, tomando a decisão da respetiva contratação e aprovando a despesa em causa.

Artigo 5.º Fundamentação da escolha do concurso

Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 20.º, alínea a) do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6.º Órgão competente para prestar esclarecimentos

Secretariado Executivo Intermunicipal, competência delegada através da deliberação de 20/09/2023 do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Artigo 7.º Júri do procedimento

1. No âmbito do presente concurso será constituído um Júri a quem, designadamente, e nos termos do artigo 69.º do CCP, competirá:

- a. supervisionar a abertura das propostas;
 - b. proceder a apreciação das propostas;
 - c. elaborar os relatórios de análise das propostas;
 - d. propor ao órgão competente para a decisão de contratar, decisão sobre a retificação das peças do procedimento, decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados e decisão de adjudicação;
2. Ao Júri deverão ser solicitados pelos interessados os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, na referida plataforma, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante e junto às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados que as tenham adquirido.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. O Júri será composto por 3 membros efetivos, dos quais um será o presidente, e por 2 suplentes.
8. O Júri apenas poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.
9. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.

10. O órgão competente para a decisão de contratar poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.

11. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.

Artigo 8.º Concorrentes

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. É permitida a apresentação de proposta por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as entidades integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. Para o efeito, o consórcio deverá elaborar declaração de acordo com o modelo constante do **Anexo I - Modelo de Acordo-Promessa de Constituição**.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta que vier a ser formulada.

5. No caso de a adjudicação da aquisição do equipamento ser feita a um agrupamento de entidades, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário.

6. É elemento essencial do contrato de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, referido no número anterior, a estipulação do regime de responsabilidade solidária passiva perante a entidade adjudicante.

7. O contrato de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo deve ser presente na documentação do Contrato de adjudicação, constituindo um anexo do mesmo.

8. Os agrupamentos concorrentes designarão uma das entidades para exercer as funções de Representante Comum, que será o único interlocutor da entidade adjudicante e terá, para além das tarefas no seio do agrupamento, o encargo da coordenação dos trabalhos, a qual responderá pela execução e por todos os meios e procedimentos técnicos inerentes à aquisição dos equipamentos.

9. As funções de Representante Comum do Consórcio, se for esse o meio de associação escolhido, serão desempenhadas pela empresa que lidere o agrupamento, devendo ser-lhe conferidos, por procuração, no ato de constituição do Consórcio, os poderes a que se referem as alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho e ainda poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante

quaisquer quantias que por aquela sejam devidas às consorciadas, em consequência da execução do contrato, dando delas completa quitação.

10. No contrato de consórcio convencionar-se-á que os direitos e obrigações dele resultantes não são afetados pelas mudanças de Administração ou de Sócios dos seus membros e que, no caso de insolvência ou dissolução de qualquer deles, os restantes se comprometem a executar a prestação de serviços até ao fim, nos precisos termos do contrato.

11. Qualquer alteração da composição ou na liderança do agrupamento candidato, assim como do regime de responsabilidade definido, terá que ser autorizada pela Entidade Adjudicante, sob pena de rescisão do contrato.

12. A insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social do concorrente, ou de qualquer das empresas que o integram, acarreta a imediata exclusão do concorrente ou do agrupamento concorrente, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre.

Artigo 9.º Impedimentos

Não podem ser candidatos ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 10.º Visitas ao local

Através da plataforma onde tramita o presente procedimento, os concorrentes poderão solicitar visita aos locais estabelecidos para a instalação do sistema, para realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da proposta.

Artigo 11.º Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devendo tais pedidos ser solicitados, unicamente através da plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos a que se refere o ponto anterior são prestados pelo Secretariado Executivo Intermunicipal e submetidos na plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá também, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos nos termos e no prazo previsto no ponto anterior, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para apresentação das propostas ser prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.

4. Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas

deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

5. Juntam-se as cópias dos esclarecimentos prestados às peças do procedimento, publicitam-se na plataforma da entidade adjudicante e notificam-se todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento.
6. Os esclarecimentos e as retificações apresentados passarão a fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no ponto 10.2., desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no ponto 10.1., obriga a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. A prorrogação do prazo de entrega das propostas estende-se a todos os interessados.

Artigo 12.º Erros e omissões das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, ao órgão competente para a decisão de contratar, via plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. A apresentação, por qualquer interessado, da lista prevista no n.º 1 suspende o prazo fixado na alínea anterior para a apresentação das propostas, desde o termo do primeiro terço daquele prazo até à publicação da decisão referida no n.º 4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
4. A decisão sobre os erros e omissões identificados pelos interessados deve ser proferida até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
5. As listas apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como a respetiva decisão são publicitadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo, ainda, aquela decisão e aquelas listas serem juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta e imediatamente notificados a todos os interessados que tenham adquirido essas peças.
6. Nos documentos que contenham os atributos da proposta, os interessados devem identificar, expressa e inequivocamente:
7. Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 10.º do presente programa, do qual não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no caderno de encargos;
8. O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.

Artigo 13.º Adjudicação por lotes

Não está prevista a constituição por lotes, de acordo com o artigo 46.º - A n.º 2 do CCP, dadas as prestações a abranger pelo objeto do contrato, serem técnica e funcionalmente incindíveis porquanto constituem um bloco de funções que atuam em simultâneo e em complementaridade, pelo que a sua separação pode causar grave inconveniente à CIRA.

Artigo 14.º Preço base

O preço base fixado para o presente procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos ascende a **371.400,00€ (trezentos e setenta e um mil e quatrocentos euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 15.º Prazo de execução do contrato

O contrato inicia a sua vigência após a sua assinatura e mantém-se em vigor durante 3 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições previstas conforme **Anexo I - Especificações Técnicas do Caderno de Encargos**.

Artigo 16.º Preço da proposta anormalmente baixo

Não há lugar à definição de preço anormalmente baixo, nos termos do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser acompanhada dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, disponibilizado com o presente programa de concurso (**Anexo II**);
 - b. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao CCP (**Anexo III - Modelo de declaração**);
 - i. A Declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar devendo apresentar a Certidão Permanente ou o respetivo código de acesso, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções ou documento equivalente;
 - ii. Caso a proposta seja apresentada por agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a), deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram devendo ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

- c. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
- i. Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo IV- Proposta**. A proposta deverá conter o preço para todos os itens que constituem cada lote, apresentada em euros;
 - ii. Cronograma de execução;
 - iii. Memória descritiva relativa ao fornecimento, instalação, configuração e a operacionalização do sistema. Deverá, ainda, ser contemplado na memória descritiva, a forma como se propõe a implementar o projeto, indicando nomeadamente a constituição e organização da sua equipa de projeto, bem como dando a indicação de quem será o Gestor de Projeto, e também, dando a indicação dos meios técnicos a afetar ao projeto. Deverá, também, explicitar o plano de formação e de capacitação dos operadores do sistema, de acordo com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Caderno de Encargos.
 - iv. Matriz de resposta, presente no Anexo XI – Matriz de resposta ponto-a-ponto do Caderno de Encargos, totalmente preenchida, incluindo a Fundamentação da Solução Proposta para cada alínea;
 - v. Documentação de carácter técnico que demonstre o cumprimento dos requisitos exigidos na matriz de resposta ponto-a-ponto, presente no Anexo XI – Matriz de resposta ponto-a-ponto do Caderno de Encargos. Dependendo da natureza do requisito, a fundamentação poderá ser apresentada na forma de cálculos matemáticos, folhas de especificação de equipamentos (datasheets), descrição técnica, estudo técnico, ou como característica claramente verificável do bem proposto;
 - vi. Projeto do sistema de comunicações, incluindo todos os elementos técnicos requeridos no Caderno de Encargos, incluindo lista de retransmissores e respetivos custos, também de acordo com o Anexo I – Especificações Técnicas do Caderno de Encargos;
 - vii. Desenhos técnicos requeridos no Caderno de Encargos;
 - viii. Cálculos e justificações relativos à performance de deteção do Sistema de Deteção Automática, de acordo com o requerido no Caderno de Encargos;
 - ix. Dados de cobertura do Sistema de Deteção, nomeadamente mapas, perfis e valores de cobertura, de acordo com o requerido no Caderno de Encargos;
 - x. Documento justificativo da percentagem de território abrangido pela totalidade do sistema de videovigilância a instalar, tendo em consideração a orografia do terreno, evidenciando, aqui, também, a cobertura abrangida pelo sistema de deteção visível e do sistema de deteção por infravermelho, com identificação das zonas sombra do sistema, devendo o referido documento vir acompanhado da respetiva cartografia, em formato shapefile e kml/kmz;
- d. Procuração, declaração ou comprovativo da titularidade de poderes para submeter os documentos na plataforma e assiná-los, em conformidade com o disposto na Lei nº 96/2015 de 17 de agosto;
- e. Outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57º do CCP;

2. Não serão aceites propostas que contenham expressões restritivas, resolutivas ou excecionais, nomeadamente “preços sujeitos a alterações” e/ou “a confirmar no ato da aquisição”.
3. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, fazendo prova dessa qualidade.
4. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos na alínea a) do n.º 1 do presente artigo.
5. Os concorrentes têm obrigatoriamente de preencher o formulário principal na plataforma eletrónica, conforme exigido na Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.
6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos.
8. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 18.º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 19.º Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas apresentadas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 20.º Modo e prazo para apresentação dos documentos que instruem a proposta

1. A entrega da proposta e dos documentos que a instruem, deverão ser apresentados até às 23:59 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de publicitação do presente concurso no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, na plataforma eletrónica de contratação pública acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com a Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
3. A data limite para a apresentação das propostas definida no ponto anterior pode ser prorrogada por um prazo adequado, quando solicitada a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, bem como quando as retificações às peças do procedimento ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 21.º Critério de adjudicação e modelo de avaliação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade avaliação do preço ou custo, por lote, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;
2. Em caso de existirem duas ou mais propostas que apresentem o mesmo preço, o desempate será obtido por sorteio.

Artigo 22.º Testes de avaliação técnica dos sistemas

1. Dada a complexidade técnica e funcional do Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais (SIVPIF), durante a fase de avaliação das propostas, será requerido aos concorrentes a realização de testes de avaliação dos sistemas a concurso.
2. Os testes serão efetuados em local e data a anunciar nessa fase, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
3. Os testes a executar serão os elencados no **Anexo V – Testes de avaliação das propostas dos concorrentes**, sendo o cumprimento dos mesmos obrigatório, sob pena de exclusão da proposta.
4. Caso existam divergências entre os testes de avaliação e a proposta do concorrente, os resultados verificados nos testes de avaliação terão prevalência e serão utilizados na avaliação do cumprimento dos requisitos.

Artigo 23.º Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, classificando as propostas ordenadamente de acordo com o critério de adjudicação.
2. No mesmo relatório preliminar, o júri apresenta as razões porque propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do concurso, devendo os concorrentes pronunciar-se, através da plataforma eletrónica acima indicada, no prazo de 5 dias úteis.

Artigo 24.º Relatório final

Decorrido o período de audiência prévia previsto no n.º 3, do artigo anterior, o júri pondera as observações formuladas, caso as haja, e elabora o relatório final, que submete à apreciação e decisão do órgão competente para a decisão de contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.

Artigo 25.º Decisão de adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final.

Artigo 26.º Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, a entidade adjudicatária deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário, **Anexos VI e VII** do presente Programa do Concurso.
3. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da CIRA, na conta caução a facultar, devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente.

Artigo 27.º Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 28.º Documentos de habilitação

1. Devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias após a receção da respetiva notificação de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, os documentos a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º, do CCP, nomeadamente:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP (**Anexo VIII – Modelo de declaração**), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo código.
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP.
 - c. Certidão permanente da empresa ou código de acesso à mesma, no caso de pessoa coletiva, salvo se a tiver apresentado em sede de documentos da proposta.
 - d. Registo Central do Beneficiário Efetivo.
2. A entidade pública contratante pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ou a

apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, fixando-lhe prazo para o efeito.

3. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas a), b) e c) do artigo n.º 21, n.º 1, devem ser apresentados por todos os seus membros. Deve igualmente ser apresentado Contrato de Consórcio que deverá indicar a entidade que exercerá as funções de representante do consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o interlocutor responsável perante a entidade adjudicante e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato.
4. Os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. O adjudicatário tem 5 (cinco) dias para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, através da plataforma eletrónica, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
6. Quando o adjudicatário não apresente os documentos de habilitação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º, por facto que não lhe seja imputável, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos de habilitação em falta.

Artigo 29.º Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do CCP.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam conduzir à caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante concede um prazo até 5 (cinco) dias para suprir tais irregularidades, nos termos previstos no citado artigo 86.º.
3. Constatando-se que a situação que ocasiona a caducidade não é imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede prazo adicional, em função das razões invocadas, para apresentar os documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Verificando-se a caducidade, nos termos dos n.ºs anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve seleccionar a proposta ordenada em lugar subsequente e adjudicá-la.

Artigo 30.º Adoção de Ajuste Direto

A entidade adjudicante reserva-se o direito de recorrer ao ajuste direto, quando se verificarem os pressupostos do n.º 1 ou n.º 2 do artigo 24.º, com observância do artigo 27.º-A do CCP.

Artigo 31.º Minuta do contrato

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite por este sempre que haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base a este procedimento.
3. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 32.º Contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação.
2. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias ou 3 (três) dias consoante a outorga do contrato seja presencial ou por meios eletrónicos.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no local, data e hora acordados para a outorga do contrato.
4. A adjudicação caduca se, tratando-se de agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.
5. Verificando-se a caducidade nos termos dos n.ºs anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 33.º Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e legislação complementar.

Anexo I – Modelo de Acordo-Promessa de Constituição;

Anexo II – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

Anexo III - Modelo de Declaração conforme modelo constante do anexo I ao CCP;

Anexo IV – Proposta;

Anexo V – Testes de avaliação das propostas dos concorrentes;

Anexo VI – Modelo de guia de depósito bancário;

Anexo VII – Modelo de garantia bancária/seguro de caução;

Anexo VIII – Modelo de Declaração conforme modelo constante do anexo II ao CCP;

Anexo I - Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

[a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º do Programa do Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes), após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa de Concurso Público para Fornecimento e Instalação de “Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional”, para cobertura do território da Região De Aveiro e nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária com sede em _____.

O representante do Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária é _____ (empresa)_____.

No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar:” adotando o agrupamento a seguinte designação especial: (em maiúsculas)

..... (data)

..... (assinatura)

Anexo III - Modelo de declaração conforme modelo constante do anexo I ao CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e alínea b), n.º 1 do artigo 17.º do Programa do Procedimento]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo IV - Proposta

[a que se refere a subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Programa do Concurso]

..... (identificação do(s) representante(s) legal(is) da empresa), titular(es) do(s) cartões) de cidadão n.o(s)) na qualidade de representante(s) legal(is) de (designação da empresa), tendo tomado perfeito conhecimento do objeto do Concurso de Fornecimento e Instalação de “Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional”, para cobertura do território da Região De Aveiro obriga-se a

executar aquele, de harmonia com as condições e termos expressos no Caderno de Encargos e legislação aplicável, pela quantia de:

Preço, €

(em algarismos e por extenso)

Ao preço acresce o IVA à taxa de

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo V – Testes de avaliação das propostas dos concorrentes

[a que se refere o artigo 22.º do Programa de Procedimento]

1. Alvo da avaliação

Os testes de avaliação dos sistemas propostos incidirão principalmente sobre os requisitos relacionados com a componente de apoio à decisão operacional, dado ser este o objetivo maior do sistema. Adicionalmente serão também testadas as características gerais da aplicação de interface com o utilizador.

2. Condições gerais de execução dos testes

Os sistemas serão avaliados em igualdade de circunstâncias, no mesmo local físico. Para tal os concorrentes deverão preparar previamente a instalação de pelo menos uma TAR, de demonstração, num local a indicar pela Entidade Adjudicante. A data e o local serão indicados com a antecedência mínima de 10 dias úteis, e o concorrente terá um mínimo de 5 dias úteis para efetuar a instalação e preparação dos equipamentos. Esta TAR, a utilizar nos testes, deverá contemplar pelo menos uma câmara de monitorização igual à apresentada na proposta do concorrente.

No local de realização dos testes, nas imediações da TAR, onde o júri do concurso estará presente, os concorrentes instalarão um computador portátil, onde estará previamente instalada a aplicação de comando e controlo proposta para o SIVPIF, e que será utilizado para aceder à TAR de demonstração.

A ligação entre a ACC e a TAR de testes poderá ser feita por cabo ou por rede sem fios, de acordo com a preferência do concorrente. Em qualquer dos casos, é da responsabilidade do concorrente garantir a instalação de todos os meios necessários para o bom funcionamento dos equipamentos durante a realização dos testes de avaliação.

3. Procedimento dos testes

Os testes terão por base a matriz de fatores a verificar apresentada abaixo. Cada concorrente deverá, no computador portátil por si disponibilizado, na aplicação de comando e controlo proposta para o SIVPIF em concurso, demonstrar ao júri o cumprimento, ou não, de cada um dos pontos da referida matriz. Por razões de objetividade na avaliação só será atribuída pelo júri uma avaliação de cumprimento integral ou não, não serão atribuídos cumprimentos parciais. Caso o júri verifique que existe divergência entre o disposto na proposta do concorrente e o que, de facto, é verificado nos testes, terá prevalência o verificado nos testes.

4. Matriz de fatores de carácter obrigatório, a verificar em sede de “Testes de avaliação técnica dos sistemas”:

Alínea Técnica	Alínea Técnica	A preencher pelo júri
---------------------------	-----------------------	----------------------------------

		Cumpre integralmente: Sim/ Não
3.5.1.7a)	Entrar na aplicação, verificar que o acesso é controlado por utilizador e palavra passe.	
3.5.1.7c)	Verificar que existem grupos de utilizadores, com permissões configuráveis.	
3.5.1.2a)	Verificar que existe uma imagem panorâmica com os 360° da TAR. Verificar que é possível controlar a câmara (azimute e elevação) a partir da panorâmica. Verificar que é indicada a posição da câmara.	
3.5.1.2b)	Verificar que existe um mapa e que é possível controlar a câmara (azimute) a partir do mesmo.	
3.5.1.2c)	Verificar que existe imagem de vídeo em tempo real e que é possível, partir desta, controlar a câmara (azimute, elevação e zoom).	
3.5.1.4b)	Verificar que é possível abrir várias janelas de apresentação de imagem a partir da ACC, estando as mesmas sincronizadas em tempo real com a informação da ACC	
3.3.5b)	Verificar que é possível definir zonas de visibilidade limitada.	
3.3.5c)	Verificar que o zoom máximo e a inibição da imagem são aplicados, quando se tenta visualizar uma zona protegida.	
3.5.1.3b)	Verificação de que o mapa permite apresentar as camadas seguintes: Localização das TAR; <ul style="list-style-type: none"> • Cartas militares 1:25.000; • Limites de distritos; • Limites de concelhos; • Zona coberta por cada TAR, com transparência selecionável individualmente; • Toponímias pesquisáveis; 	
3.5.1.3c)	Verificar que, no mapa, é apresentada a direção e cone de visibilidade da câmara.	
3.5.1.3d)	Verificar que, no mapa, estão disponíveis as ferramentas seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Cálculo de distâncias e rumos 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação de coordenadas nos formatos geográfico e cartesi-ano (militares) • Marcação de visadas 	
3.5.1.4d)	Verificar que é possível pesquisar vídeos gravados por data/hora e azimute e reproduzi-los.	
3.5.1.5a)	Verificar que a distância aos locais visualizados é mostrada sobre as imagens de vídeo, panorâmicas e alarmes de deteção.	
3.5.1.5b)	Verificar que, ao calcular distâncias sobre as imagens, o local correspondente é apresentado sobre o mapa.	
3.5.1.5c)	Verificar que é possível criar marcadores no mapa, a partir do mapa e da imagem de vídeo.	
3.5.1.6a)	Verificar que é possível criar relatórios de ocorrências com dados relevantes, incluindo imagens das câmaras.	
3.5.1.6b)	Verificar que é possível pesquisar e atualizar relatórios de ocorrências.	
3.5.1.6c)	Verificar que é possível exportar relatórios de ocorrências.	
3.5.1.8b)	Verificar que é possível pesquisar e visualizar alarmes de deteção de incêndios, reais ou simulados, previamente ocorridos. Visualizar pelo menos 3 exemplos de alarmes gravados no sistema.	
3.5.1.1d)	Verificar que a aplicação não corre sobre web browser, nem contém controlos web embebidos.	
3.5.1.1f)	Verificar que os menus, mensagens, textos etc. de todas as ferramentas utilizadas no procedimento se encontram em português.	
3.5.1.1a)	Verificar que todas as operações realizadas foram efetuadas numa única aplicação integrada e não em várias aplicações separadas.	

5. Considerações finais

Caso um concorrente não compareça aos testes ou se recuse, por alguma razão, a efetuar um ou mais testes, o júri considerará que os testes não efetuados correspondem ao não cumprimento dos respetivos requisitos.

Caso o número de concorrentes a participar nos testes seja muito elevado, o júri pode decidir realizar apenas um subconjunto dos testes descritos ou separar os testes em várias sessões, sendo que todos os concorrentes poderão assistir a todas as sessões.

Caso as propostas suscitem dúvidas relevantes, o júri este pode decidir realizar testes adicionais aos definidos na matriz de fatores a verificar. Neste caso, os concorrentes serão informados da data e local de realização destes testes com antecedência mínima de 5 dias úteis. Em todo o caso, este conjunto de testes adicionais será aplicado a todas as soluções propostas a concurso.

Anexo VI – Modelo de guia de depósito bancário

[a que se refere o n.º 2 do artigo 26.º do Programa do Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo VII - Modelo de garantia bancária/seguro de caução

[a que se refere o n.º 2 do artigo 26.º do Programa de Concurso]

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo VIII – Modelo de declaração conforme modelo constante do Anexo II ao CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e alínea a) no n.º 1 do artigo 28.º do Programa do Procedimento]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º